

Voto popular decide o que fazer com 14 milhões



● **Orçamento Participativo** em mais de 50 autarquias permite a cidadãos terem peso nos investimentos a realizar ● **Adesão** a esta iniciativa democrática já ultrapassa votos que elegeram alguns autarcas

Nuno Miguel Ropio
sociedade@jn.pt

Em 12 anos, o Orçamento Participativo já permitiu aos cidadãos terem uma palavra sobre 55 milhões de euros em obras locais. Todavia, esta iniciativa pode assustar os autarcas, perante o sucesso rápido que obtém.

Começou timidamente em Palma, em 2002, e durante algum tempo teve uma elevada taxa de desistência por parte das autarquias que o iam experimentado. Mas, este ano, os portugueses têm ao seu dispor, em mais de 50 municí-

pios e juntas de freguesia, um Orçamento Participativo (OP), que lhes permite decidirem o destino de cerca de 14 milhões de euros em obras.

2014 trouxe também outra novidade quanto a esta iniciativa, nascida no Brasil e que pretende colocar os cidadãos nos centros da decisão dos investimentos locais: 46 autarquias optaram por contar com um OP deliberativo – isto é, a comunidade sugere o que quer e vota no que lhe parece ser melhor. Enquanto que somente cinco mantiveram o formato consultivo, em que o poder decide e o cidadão não tem voto na matéria – motivo, aliás, que ditou a

morte de muitos OP na última década.

Segundo Néelson Dias, diretor da associação In Loco – que dinamiza o OP em Portugal –, desde 2002, houve já 114 experiências em municípios e freguesias, ao que se juntaram os OP jovens, específicos para esta faixa da população.

Lisboa pioneira

“Acabamos por ser um dos países na Europa com maior densidade de OP”, diz, salientando, porém, exemplos, como “a Polónia, onde o Governo cofinancia 30% das obras dos OP em municípios com 30 mil habitantes”. Lisboa foi a primeira capital europeia a adotá-lo. Mas di-

[**VISTO DE FORA**]

Somos exemplares São os suecos que o dizem

PORTUGAL, no contexto geral, apresenta-se percentualmente com uma elevada taxa de Orçamento Participativo (OP): cerca 10% dos municípios. Segundo Giovanni Allegretti, tal cenário levou “a Suécia a inspirar-se nos exemplos portugueses e a imitá-los”.

Para este especialista na participação dos cidadãos na gestão das transformações territoriais, “infelizmente, os portugueses precisam de ser olhados por alguém de fora para ter confiança e perceber que está a fazer algo bem”.

Ainda assim – salienta –, estamos longe de casos como os da República Dominicana ou Peru, cuja a realização é obrigatória. “Em 2010, o presidente do Peru quis acabar com o OP. Mas relatórios internacionais revelavam que a transparência no país tinha melhorado, devido ao acompanha-

mentos dos processos pelos cidadãos”, explica, frisando a Austrália com a melhor aplicabilidade. “Já em Nova Iorque, 10 distritos contam com 25 milhões de dólares para o OP”, discorre Allegretti. Na terceira maior cidade romena, Cluj Napoca, 5 milhões de euros saem do pequeno orçamento destinados à participação popular.

Mas a grande novidade é agora Paris, graças à recém-presidente socialista da Câmara Anne Hidalgo. Esta filha de emigrantes espanhóis, e a primeira mulher à frente dos destinos da capital francesa, decidiu arrancar – a 2 de julho – com um Orçamento Participativo de 70 milhões de euros. “O OP está a adquirir uma legitimidade que assusta alguns autarcas. O que não é caso de Hidalgo, quando disponibiliza esta dimensão dos seus investimentos”, conclui o investigador. **N.M.R.**

minuiu-lhe entretanto o valor para metade (agora é de 2,5 milhões de euros). Como não impõe consenso sobre número de propostas, facilmente grupos organizados (onde se incluem as juntas de freguesia) conseguem ter propostas vencedoras, devido às dezenas de projetos que vão a sufrágio e que dispersam os restantes votos.

Aliás, este foi o cenário que, há poucos dias, levou Guimarães a reformular o seu OP, perante uma nítida concertação da votação.

Em relatórios internacionais, é Cascais quem merece maior destaque: não só porque a comunidade tem de se reunir em assembleias por localidades e dali sair consensualmente um número concreto de propostas; como a adesão atingiu resultados muito expressivos.

Atente-se: 28 mil votos reelegeram o atual presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras. Mas no último OP, 33 mil pessoas votaram, dando uma forçosa legitimidade ao processo.

Para o politólogo José Fontes, os autarcas perceberam “a projeção” e o “mediatismo” subjacentes ao OP. Daí alertar ser necessário “critério no uso deste instrumento”.

Ao JN, Paulo Quaresma, ex-presidente da Junta de Freguesia de Carnide, a primeira no país a avançar para um OP, em 2004, lembrou a “capacidade mobilizadora que este processo” provocou na localidade.

“Enquanto realizámos o OP, notou-se uma substancial alteração na cultura cívica da população: os níveis de abstenção nas eleições eram, em média, 7% a 8% mais baixos que no país”, explicou.

Calendário dita sucesso

Nélson Dias frisa que devido aos OP consultivos, onde “as pessoas propõem e depois não se podem pronunciar sobre o que deve ser feito”, que a taxa de desaparecimento nos primeiros anos foi de 77%.

A taxa de insucesso teve ainda como causas “os atrasos nas obras” e “o facto de algumas terem sido controladas a um ponto pelas autarquias que, depois, os cidadãos, que as propuseram e votaram nelas, não se reviram”, conclui Giovanni Allegretti, que, além de copresidente da Autoridade Independente para a Promoção da Participação da Região Toscana (Itália), acompanha a aplicação dos OP na Europa, América Latina e África. ●